

Madeira e Açores são as regiões com maior taxa de pobreza do país

O risco de pobreza em Portugal subiu para 17% em 2023, o que fez com que mais 60 mil pessoas ficassem em risco de ficar pobres, uma realidade que afectou principalmente as mulheres, revela o relatório “Portugal, Balanço Social 2023”.

De acordo com os dados do relatório, que foi apresentado ontem publicamente, e inclui alguns dados preliminares do Inquérito aos Rendimentos e Condições de Vida (ICOR), do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativo a 2023, a taxa de risco de pobreza aumentou 0,6 pontos percentuais entre 2022 e 2023, passando de 16,4% para 17%.

“O número de pessoas em risco de pobreza aumentou 60 mil”, lê-se no relatório, da responsabilidade dos investigadores Susana Peralta, Bruno P. Carvalho e Miguel Fonseca, da Nova School of Business & Economics.

Este aumento significa que em 2023 o número de pessoas a viver em risco de pobreza ultrapassou as 1,77 milhões.

De acordo com a análise feita, “a taxa de pobreza aumentou principalmente entre as mulheres, com um aumento de 0,9 pontos percentuais em 2023”.

Refere também que “o aumento

na prevalência da pobreza reflete-se em todos os grupos etários, principalmente entre as crianças, cuja taxa de pobreza aumentou 2,2 pontos percentuais face a 2022”.

Os dados do relatório mostram que a “prevalência da pobreza é maior nas regiões autónomas”, onde também há mais privação material e social e desigualdade na distribuição do rendimento.

“A taxa de pobreza está quase 10 pontos percentuais acima da média nacional na Madeira, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e nove pontos percentuais acima da nacional nos Açores”, lê-se no relatório.

Acrescenta que a taxa de privação material e social severa desceu em todas as regiões do país entre 2021 e 2022, com excepção dos Açores.

Por outro lado, dá conta de que aumentaram as desigualdades de rendimento, apontando que no ano passado “os 25% mais ricos detinham cerca de 47% da riqueza do país, a comparar com os 25% mais pobres, que detinham apenas 10,8%”.

Com referência a 2022, o relatório refere que o limiar de pobreza estava nos 551 euros mensais e que a pobreza era mais comum entre as pessoas desempregadas (41,3%), as famílias monoparentais (29,9%) e



as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos (21,9%).

Na pobreza também há desigualdade de género e “as mulheres têm maior taxa de risco de pobreza que os homens (16,8% vs 15,9%)”.

Refere que a taxa de risco de pobreza entre as pessoas que trabalham com contrato temporário “é quase o triplo” (20,6%) da registada entre quem trabalha com contrato sem termo (7,4%).

Por outro lado, quatro em cada dez pessoas desempregadas são pobres, uma realidade que afecta uma em cada dez pessoas empregadas.

“O risco de pobreza também é mais elevado para os estrangeiros (28,5%) comparado com os locais

(16,1%)”, aponta o Balanço Social.

Destaca igualmente que a pessoas pobres têm “carências habitacionais bastante marcadas” e que, em 2022, 20,5% das famílias pobres viviam em casas sobrelotadas, por oposição a 7,2% da população que não é pobre, ao mesmo tempo que os “encargos habitacionais excessivos” afetam sobretudo as famílias em risco de pobreza.

“Cerca de 33,9% dos agregados pobres em Portugal têm encargos com a habitação que excedem 40% do rendimento do agregado (face a 6,6% da população não pobre)”, lê-se no relatório.

O relatório analisa também a saúde mental e bem-estar para dar conta de que a maioria das pessoas em risco de pobreza (quase 60%) faz pouco exercício físico, come pouca fruta ou legumes, ao mesmo tempo que assume hábitos menos saudáveis, como fumar (o consumo elevado de tabaco é mais significativo entre a população pobre) ou beber bebidas alcoólicas.

As pessoas pobres têm menos satisfação com a vida do que as pessoas não pobres e 16% afirma sentir-se raramente felizes.

No dia-a-dia, os pobres enfrentam dificuldades de visão (29%), de caminhar (15%) e de concentração (24%).

HDES poderá ter energia em todo o edifício na próxima semana e as consultas vão ser retomadas

O Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) poderá ter energia eléctrica em todo o edifício a partir da próxima semana, anunciou ontem a Presidente do Conselho de Administração, no segundo encontro com a comunicação social.

A parte nascente do hospital já tem energia, permitindo a reposição de alguns serviços e nas próximas duas semanas vão ser instalados dois novos postos de transformação.

Segundo Manuela Meneses, a prioridade até agora tem sido a de dar toda a atenção aos doentes e repor o maior número de valências possível.

Por enquanto não é possível apresentar uma data e prazos para a conclusão de trabalhos e reposição de serviços, decorrendo ainda trabalhos de remoção e de limpeza, testes de equipamento, condutas de ar condicionado e inspeção da segurança



do edifício.

Foi solicitada a colaboração à Ordem dos Engenheiros, que vão ceder dois especialistas para averiguar todos estes aspectos.

O Grupo de Trabalho criado pelo Governo prossegue o seu trabalho, não havendo ainda conclusões, pelo que não é possível quantificar prejuízos.

A Directora Clínica do HDES, Paula Macedo, anunciou também, na conferência de imprensa, que es-

tão a ser retomadas de forma faseada as consultas, com os serviços de Oncologia já a fazer tratamentos.

Dos 94 doentes oncológicos, 49 já foram chamados e os outros 45 serão chamados na próxima semana.

Nas outras especialidades, muitas consultas vão ser retomadas já a partir de hoje por telefone e também presencialmente no polivalente.

Neste momento estão internados 155 doentes em várias instituições e até agora já tiveram alta 274 do-

entes.

Continuam 149 doentes evacuados na Terceira, Horta, Madeira e continente, sobretudo doentes para hemodiálise e toda a logística de deslocação de doentes já está a ser feita pelo HDES.

Desde o incêndio já recorreram às urgências das várias unidades de Saúde 2.749 doentes, o que significa que a população continua a recorrer às urgências numa média normal, alertando a médica que os doentes não devem dirigir-se às urgências sem antes contactar o 112 ou a linha saúde.

Já foram efectuadas nas várias unidades 51 cirurgias, 42 em contexto de urgência, sendo que as programadas estão em número muito baixo devido exactamente à falta de capacidade de resposta.

Houve também, até agora, 25 partos.